

26 NOV 1986

4

26 NOV 1986

CORREIO BRAZILIENSE

105

O compromisso dos eleitos

novemb. Const.

Com o virtual encerramento das eleições e proclamação dos candidatos eleitos a sociedade se despede das emoções naturais sempre presentes nessas ocasiões e retoma a ordem de preocupações com os problemas do País. A consulta popular propiciou, na fase de propaganda política, um debate exaustivo sobre os grandes dilemas nacionais, principalmente em relação às disfunções de caráter social que respondem por gravíssimos desajustes em diversos segmentos da população.

Colocado na privilegiada posição de oitavo País do mundo (em desenvolvimento econômico) o Brasil apresenta, todavia, dramáticos indicadores sociais, que o situam em posição crítica e sujeita à recriminação de organismos internacionais encarregados das questões nesse campo. Pelo menos um terço da população brasileira, conforme dados oficiais divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, vegeta em condições subumanas, em termos de habitação, alimentação, saúde e educação. É uma situação que corresponde a uma grave denúncia sobre os níveis de injustiça presentes na sociedade brasileira, cuja perpetuação não pode ser tolerada no momento em que o País busca reconciliar-se com os valores da fraternidade e os princípios de distribuição democrática da riqueza nacional.

Os segmentos já integrados à população economicamente ativa também sobrevivem, em grande parte, sob o guante de severas

restrições em suas condições de existência. Persiste no interior das camadas mais carentes da sociedade um número significativo de restrições à plenitude do bem-estar social. Ora são os níveis de assistência à saúde que se revelam precários, ora são as dificuldades de acesso à educação, à moradia, aos transportes etc que reduzem a qualidade de vida de parcelas inteiras da população.

A cada ano que passa, o Governo precisa agilizar ações capazes de aumentar, em termos superiores a dois milhões, a oferta de empregos no País, pois está acima disso o número de jovens que buscam anualmente ingressar pela primeira vez no mercado de trabalho. Não estão contabilizados aqui os números relativos àqueles que, à força de circunstâncias várias, engrossam as estatísticas dos desempregados.

Se assim é na frente interna, não são menores os problemas que o País enfrenta no plano externo. Já supera a casa dos 102 bilhões de dólares o valor da dívida externa. E, até agora, as negociações não permitiram a conclusão de um acordo que possa gerar tranquilidade para o futuro, em virtude de resistências irracionais da maioria dos credores. Há anos, o Brasil extrai de seu desempenho comercial e do esforço de sua estrutura econômica nada menos de 12 bilhões de dólares para a satisfação dos serviços da dívida, numa drenagem de recursos terrivelmente prejudicial à

eliminação dos desajustes sociais internos. Trata-se de uma hemorragia financeira que não pode prosseguir, sob pena de o País renunciar em definitivo aos anseios de prosperidade e concordar em manter suas populações sob a tirania dessa monstruosa injustiça.

Há outros e também graves problemas pendentes de solução, entre os quais avulta, por suas dimensões sociais, o desordenado processo de urbanização, responsável pela formação de guetos de miséria em torno das grandes cidades. E, como seqüela desse fenômeno, relacionam-se as altas taxas de criminalidade, em função das quais populações inteiras ficam expostas à violência e aos processos de neurotização coletiva.

Parlamentares e governadores eleitos em 15 de novembro estão convocados, portanto, a realizar uma reflexão profunda sobre toda essa pauta de tragédias, a fim de oferecerem respostas conseqüentes e capazes de funcionar como soluções eficazes. A Assembléia Nacional Constituinte não se constituirá seguramente em uma vara mágica com força para arrear de cena esses graves transtornos da vida nacional. Mas poderá inscrever na Constituição os princípios que tornem compulsória a obrigação do Poder em conferir prioridade à erradicação dessas anomalias sociais. Afinal, não se pode falar em democracia onde persistam formas injustas de ordenação da sociedade.